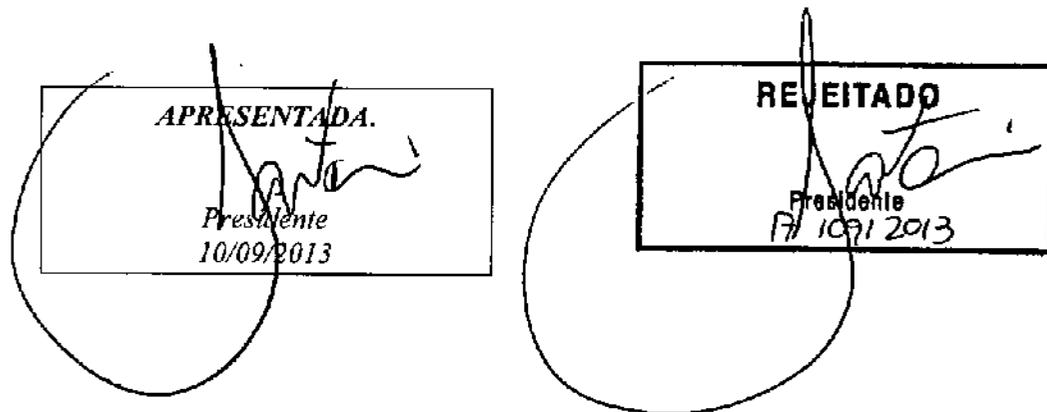




MOÇÃO Nº 00063

Apelo ao Governo do Estado de São Paulo por implantação do Programa Federal "Mulher, Viver Sem Violência" - Casa da Mulher Brasileira, e sua extensão ao interior do Estado, incluindo Jundiaí.



Lançado em março do corrente ano pela presidente Dilma Rousseff, o programa federal "Mulher, Viver Sem Violência"-Casa Brasileira, chegou a São Paulo no último dia 26 de agosto mediante assinatura do termo de adesão assinado pelo Ministério Público do Estado, através do Procurador-Geral de Justiça, Marcio Fernando Elias Rosa, cujo ato foi seguido e repetido pelo Governador Geraldo Alckmin; o prefeito da Capital, Fernando Haddad; Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ivan Sartori, e a Defensora Pública-Geral de São Paulo, Daniela Cembranelli.

O objetivo da proposta é integrar os serviços públicos de atenção às mulheres em situação de violência, proporcionando-lhes atendimento humanizado e completo no acesso à Lei Maria da Penha.

Vale lembrar que o programa federal estabelece ações para a melhoria da coleta de vestígios de crimes sexuais; a transformação da Central de Atendimento à Mulher-180 em Disque-Denúncia para acionamento da Polícia Militar e do Serviço de Atendimento Móvel de Emergência-SAMU; a criação de seis centros de referências nas fronteiras secas do Brasil com a Bolívia, Guiana Inglesa, Paraguai e o Uruguai e a construção da Casa da Mulher Brasileira, uma em cada um dos 27 Estados do País.

É certo que a Ministra das Mulheres, Eleonora Menicucci, na mesma oportunidade, anunciou a criação da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo, que será construída no bairro da Aclimação, zona sul da capital paulista, em um terreno que já conta com uma unidade da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. No local haverá ainda uma Delegacia da Mulher, Varas do Tribunal de Justiça especializadas no atendimento à mulher; atendimento prestado por promotores de Justiça e da Defensoria Pública.

O espaço - Casa da Mulher Brasileira - contará também com abrigo temporário, atendimento psicossocial, espaço de convivência para a mulher, sala de capacitação e orientação para trabalho, emprego e renda, além de brinquedoteca para os filhos das mulheres atendidas. A estimativa é que o local atenda cerca de 200 mulheres por dia.



MOÇÃO Nº

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, prometeu cumprir com absoluto rigor o que foi assinado, lembrando que quando todos se unem, como no caso em questão, o Brasil se fortalece e a sociedade ganha. Com a promessa de levar o Poder Judiciário e o Ministério Público para dentro da Casa da Mulher Brasileira, será possível combater a impunidade de quem pratica violência contra as mulheres, "pois se quisermos acabar com essa violência, temos que acabar com a impunidade", enfatizou Geraldo Alckmin.

Melhor seria se não tivéssemos que abordar o assunto, no sentido de que todas essas medidas estão sendo colocadas em prática em razão do aumento cada vez maior da violência contra as mulheres. Violência de toda ordem e em todo o país.

Veja-se que a previsão é de que a Casa da Mulher Brasileira em São Paulo, assim que ficar pronta, poderá receber até 200 mulheres vítimas de violência por dia. E já há quem prevê um número maior de vítimas, o que é verdadeiramente um absurdo.

Desse modo, entendemos que a Moção de Apoio ao Governo do Estado se justifica primeiro pela adesão efetiva ao Programa que pretende minimizar a violência contra as mulheres no Estado; depois, a proposta e promessa de cumpri-lo com absoluto rigor e, igualmente, a possibilidade de estender as atividades do mesmo Programa ao Interior do Estado, notadamente nas regiões que apresentam altos índices de violência contra a mulher, como é o caso de Jundiaí. Uma realidade que, infelizmente, temos que reconhecer e dentro daquilo que nos é permitido fazer, contribuir para, senão acabar, ao menos minimizar e reduzir a violência contra as mulheres.

"No caso, em briga de marido e mulher o Estado tem sim o dever de meter a colher", conforme enfatizou o Procurador Geral de Justiça de São Paulo, Elias Rosa, explicando que a intervenção do Estado é necessária para romper o ciclo de violência praticada contra a mulher, com ações que envolvam o atendimento jurídico, psicossocial e reinserção social e familiar.

Compactuamos com a proposta, com o Programa "Mulher, Viver em Violência" e esperamos que em breve o mesmo também seja estendido a Jundiaí e região. Vemos com bons olhos essa feliz e oportuna intervenção do Estado, já que atende aos interesses de milhares de mulheres, que esperam pelo fim da violência doméstica e punição rigorosa para os agressores.

Assim sendo,

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta Moção de Apoio ao Governo do Estado de São Paulo por implantação do Programa Federal "Mulher, Viver Sem Violência" - Casa da Mulher Brasileira, e sua extensão ao interior do Estado, incluindo Jundiaí. Dê-se ciência desta deliberação ao Sr. Chefe do Executivo Paulista.

Sala das Sessões, 10/09/2013



JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS
Zé Dias